

**LUÍZ
FUX**

**BRUNO
BODART**

**PROCESSO CIVIL E
ANÁLISE ECONÔMICA**



SUMÁRIO

1	A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: CONCEITOS INTRODUTÓRIOS	1
1.1	Definição e escopo da análise econômica do direito	1
1.2	O emprego da matemática nas ciências sociais	7
1.3	A teoria da escolha racional	9
1.4	Métodos empíricos nas ciências sociais.....	15
1.5	A economia comportamental.....	17
1.6	Surgimento e história da análise econômica do Direito	22
1.7	A análise econômica e o futuro do Direito.....	25
2	ACESSO À JUSTIÇA	27
2.1	A concepção tradicional	27
2.2	O modelo econômico básico da litigância civil	33
2.3	Exemplos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	37
2.4	A problemática dos danos de pequena monta	39
2.5	Políticas públicas para um acesso à justiça socialmente adequado.....	41
2.5.1	Propostas gerais.....	41
2.5.2	Alteração das regras de direito material	42
2.5.3	Sistemas de custas	43
2.5.4	Tecnologia e inteligência artificial	47
3	MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS....	49
3.1	A concepção tradicional	49
3.2	A análise econômica dos acordos.....	52
3.3	O modelo básico da decisão privada entre fazer acordo ou litigar	52
3.4	Acordos ineficientes	54
3.5	Acordos eficientes frustrados: perspectiva econômica tradicional.....	57
3.6	Políticas para solucionar ineficiências na negociação de acordos.....	59
3.6.1	Compartilhamento obrigatório de provas.....	59

3.6.2	A regra da oferta de acordo (<i>offer-of-settlement</i>).....	63
3.6.3	O papel das regras de direito material	65
3.7	A perspectiva da economia comportamental	65
3.7.1	Convenções sociais	65
3.7.2	Viés de autointeresse	66
3.7.3	Seleção pelo mercado de advocacia.....	67
3.7.4	Efeito <i>deadline</i> e aprendizado diferido.....	68
3.7.5	Psicologia hedônica	68
3.7.6	Efeito de subaditividade.....	69
3.8	O papel do advogado.....	70
3.8.1	O advogado e os vieses cognitivos.....	70
3.8.2	<i>Time-sheet</i> vs. honorários de êxito.....	71
3.8.3	Sistema com terceiro administrador (<i>no-conflict fee system</i>).....	74
3.9	Outros fatores de influência sobre os acordos	75
3.9.1	Regras em caso de pluralidade de interessados no acordo.....	75
3.9.2	Regras de distribuição do custo da litigância.....	78
3.9.3	Duração do processo e protelação de acordos	79
3.9.4	Tecnologia e inteligência artificial	80
3.10	Autocomposição judicial obrigatória	81
4	DEMANDAS DE VALOR ESPERADO NEGATIVO.....	85
4.1	Introdução	85
4.2	A teoria econômica das demandas de valor esperado negativo	87
4.3	O modelo do disfarce	87
4.4	O modelo da ação de aborrecimento	89
4.4.1	Estrutura de custos baixos para o autor e altos para a defesa	89
4.4.2	Estrutura de custos de litigância multifásicos.....	90
4.4.3	Defesas de valor esperado negativo	92
4.5	Análise comportamental das demandas frívolas.....	94
4.6	Soluções para as demandas frívolas.....	95
4.6.1	As demandas de valor esperado negativo são indesejadas?	95
4.6.2	Gestão dos custos de litigância	96
4.6.3	Sanções por condutas desleais.....	97
4.6.4	Depósito prévio.....	99
4.6.5	Controle judicial da autocomposição	101
4.6.6	Produção de provas em fase preliminar.....	105
4.6.7	Redução dos erros judiciários	105

5	FILTROS PROCESSUAIS.....	107
5.1	O caráter multifásico do processo	107
5.2	Filtros processuais no Brasil	107
5.2.1	Indeferimento da inicial ou improcedência liminar	107
5.2.2	Julgamento antecipado do mérito	110
5.2.3	<i>Standards</i> de filtragem.....	110
5.3	Panorama nos EUA	112
5.3.1	Estrutura do Processo Civil americano	112
5.3.2	<i>Motion to dismiss</i> : de <i>Conley v. Gibson a Twombly e Iqbal</i>	115
5.3.3	<i>Summary judgment</i> : de <i>Adickes a Scott v. Harris</i>	117
5.4	Desenhando filtros processuais eficientes	117
5.4.1	Modelo de Kaplow.....	117
5.4.2	Modelo bifásico.....	119
5.4.3	Modelo multifásico.....	120
5.5	Aplicações concretas.....	121
6	COISA JULGADA.....	127
6.1	Histórico.....	127
6.2	Fundamentos tradicionais	128
6.3	A literatura revisionista na análise econômica	129
6.3.1	Richard Posner e a inocuidade da coisa julgada.....	129
6.3.2	Crítica.....	130
6.3.3	Bruce Hay e os efeitos da coisa julgada sobre acordos.....	132
6.3.4	Crítica.....	134
6.4	As funções sociais da coisa julgada	136
6.4.1	Quando a litigância múltipla é desejável?.....	136
6.4.2	Racionalidade econômica das ações rescisórias	137
6.4.3	Teto de gastos com litigância.....	139
6.4.4	Relativização da coisa julgada pelo juiz.....	139
6.4.5	A coisa julgada e os incentivos privados para investir em litigância.....	141
6.4.6	Prevenção de decisões conflitantes.....	145
6.4.7	Regras de solução do conflito de coisas julgadas.....	146
6.4.8	Multiplicação de processos.....	147
6.5	Limites subjetivos da coisa julgada.....	148
6.6	Limites objetivos da coisa julgada	150

7 RECURSOS, PRECEDENTES E UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA..... 151

7.1 Recursos 151

7.1.1 O duplo grau de jurisdição 151

7.1.2 Análise econômica do sistema recursal 152

7.1.3 Propostas de modificação do sistema recursal 154

7.2 Precedentes 155

7.2.1 *Civil law vs. common law* 155

7.2.2 A uniformização de precedentes 159

ANEXO I – DADOS SOBRE SENTENÇAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 163

BIBLIOGRAFIA 165